

**DECISÃO N° 879 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.****Processo nº 25351.902981/2023-77****Interessado: DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Ementa: Processo Administrativo instaurado em face de **DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.424.835/0001-98**, em razão da oferta e da venda de medicamentos por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), equivalente ao Preço Fábrica (PF).

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de Processo Administrativo de interesse da empresa **DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.424.835/0001-98**, instaurado em 06/11/2024, por meio do **DESPACHO Nº 2498/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI nº 3269276), após denúncia encaminhada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em razão da oferta e da venda de medicamentos por preço superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) na ocasião do Termo de Referência 180/2021 - Processo 09/201.906/2021, conforme instrução processual oriunda de informações repassadas da Denúncia realizada em 13/01/2023 (SEI nº 2233642).

1.2. Em sede de investigação preliminar, foi elaborada a **NOTA TÉCNICA Nº 928/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI nº 3269142) em 06/11/2024, que informou que:

2. Análise

A denúncia contém os requisitos exigidos no Art. 15, parágrafo 1º, da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

Após minuciosa análise dos documentos acostados na denúncia, foi verificado que a empresa vendeu os seguintes medicamentos com valores acima do máximo estabelecido na Tabela CMED:

- AMINOFILINA, 24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML;
- CLORIDRATO DE CLONIDINA, 0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30;
- CLORIDRATO DE HIDRALAZINA, 50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20;
- ÁCIDO ASCÓRBICO, 0,500G + 0,1157G + 0,0005G + 0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML.

A empresa denunciada também ofertou os seguintes medicamentos com valores acima do máximo permitido pela Tabela CMED:

- CLORIDRATO DE AMIODARONA, 200MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20;
- CLORIDRATO DE AMIODARONA, 50 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD AMB X 3 ML (EMB HOSP);
- CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA, 5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML (EMB HOSP);
- EPINEFRINA, 1 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 1 ML;
- METILDOPA, 250 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30;
- VASOPRESSINA, 20 U/ML SOL INJ CT 10 AMP VD INC X 1 ML;

Os medicamentos encontram-se dispostos no anexo desta nota (3269155), o qual demonstra os respectivos valores utilizados, bem como o valor máximo permitido de acordo com a Tabela CMED, sendo observado se os medicamentos comportam a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), e do Anexo do Convênio CONFAZ nº 87, de 28 de junho de 2002, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados aos órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

As infrações por oferta e venda de medicamento por valores acima do permitido estão previstas no inciso II, alíneas "a" e "b" respectivamente, do artigo 5º da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

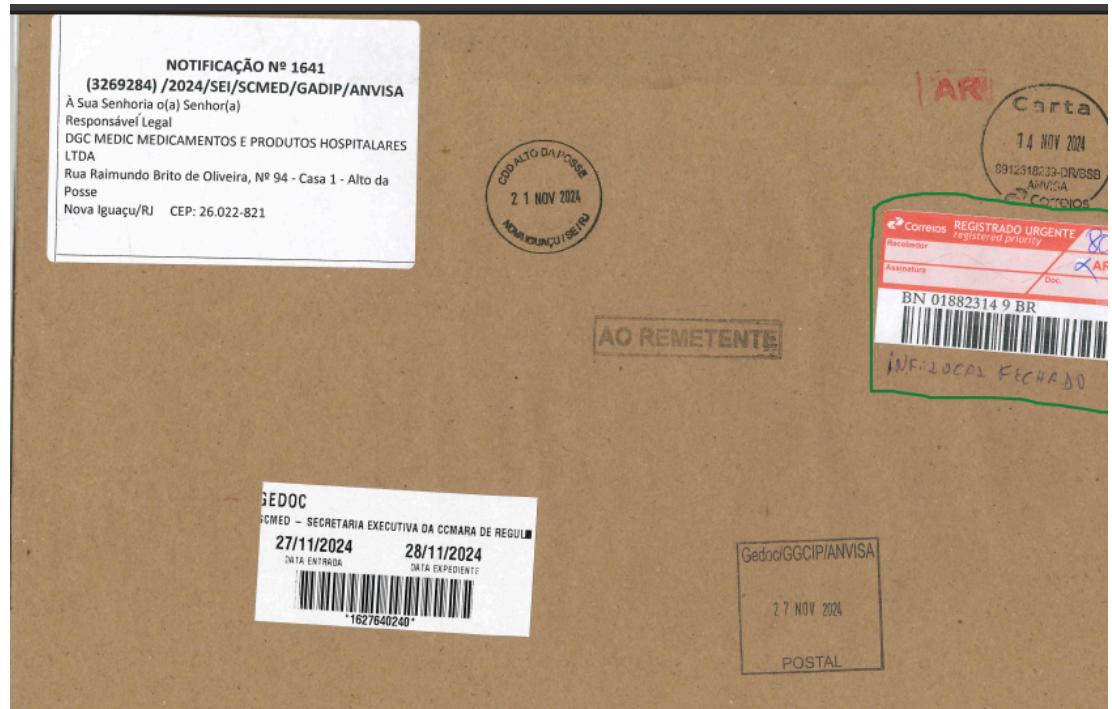
3. Conclusão

Diante de todo o exposto, após a análise de todos os documentos juntados, resta comprovado que a empresa **DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, cometeu infração ao ofertar e vender medicamentos por preço acima do permitido, conforme Tabela da CMED.

O valor total da diferença entre os preços da empresa e os preços aprovados pela CMED é de R\$ 293.356,15 (duzentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).

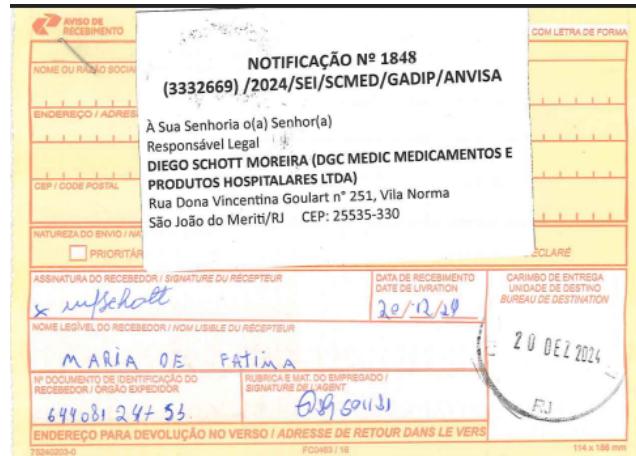
Sendo assim, sugerimos sejam adotadas as providências no sentido de notificar a empresa para que apresente defesa escrita, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

1.3. Diante das citadas constatações, houve inicialmente a tentativa de notificar a empresa no endereço cadastrado no sistema DATAVISA, bem como no cartão CNPJ, qual seja: Rua Raimundo Brito de Oliveira, Nº 94 - Casa 1 - Alto da Posse, Nova Iguaçu/RJ CEP: 26.022-821. Todavia, a notificação retornou sem cumprimento com a informação LOCAL FECHADO, vejamos:



1.4. Diante disso, foi expedido ofício a junta comercial do Estado do Rio de Janeiro solicitando a certidões atualizadas da empresa, bem como sua situação cadastral (Documento SEI nº 3322433). Ante as informações apresentadas pela Junta Comercial, foi expedida nova notificação para que a empresa oferece-se as suas razões de defesa.

1.5. Deste modo, a empresa foi devidamente notificada por meio da **NOTIFICAÇÃO Nº 1848/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI nº 3332669), de 12/12/2024, e conforme o Aviso de Recebimento dos Correios (AR) a empresa recebeu a notificação em 20/12/2024 (SEI nº 3395895).



1.5. Todavia, a empresa somente protocolou a defesa prévia em 05/04/2025 (SEI nº 3527482). Sendo assim, a defesa prévia apresentada é INTEMPESTIVA, conforme previsto no art. 20 da Resolução nº 2/2018 da CMED. Vejamos:

20. A partir do recebimento da notificação de instauração do processo administrativo, o interessado terá o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar defesa, a qual deverá ser acompanhada de todos os documentos necessários para comprovar suas alegações, indicando:

- I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II - a qualificação do interessado;
- III - as razões de fato e de direito que fundamentam a defesa;
- IV - as provas que lhe dão suporte.

Parágrafo único. A defesa deve ser apresentada por escrito, subscrita por representante legal do interessado ou por advogado devidamente constituído, hipótese em que será obrigatória a apresentação do correspondente instrumento de mandato.

1.6. Dessa forma, verifica-se o cumprimento dos pressupostos legais e procedimentais exigidos para o regular prosseguimento do feito administrativo, razão pela qual deve-se dar seguimento à análise do mérito da presente demanda.

1.7. É o relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A tramitação do processo ocorreu de acordo com os dispositivos legais e regulamentares, sendo observados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, previstos na Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo - LPA) e na Resolução CMED nº 2/2018.

2.a - Das Preliminares.

2.a.1 - Da admissibilidade.

2.2. Restou caracterizada a intempestividade da defesa apresentada pela empresa, configurando, por conseguinte, revelia, nos termos do art. 20, combinado com o art. 21, da Resolução CMED nº 2/2018. Conforme comprovado nos autos, o Aviso de Recebimento (AR) foi assinado em **20/12/2024** (SEI nº 3395895), sendo o prazo final para apresentação da defesa o dia 21/01/2025. Entretanto, a manifestação da empresa somente foi protocolada em 05/04/2025 (SEI nº 3527482), fora do prazo legal de 30 (trinta) dias, motivo pelo qual a apresentação deve ser desconsiderada para fins de análise do mérito.

2.a.2 - Da prescrição.

2.3. No tocante à verificação de regularidade processual, registra-se não haver incidência do fenômeno da prescrição no caso em apreço. Tem-se que o marco inicial da prescrição quinquenal é a data de cada infração. No presente caso, a oferta e a venda ocorreram em 05/01/2022, 21/10/2021 e 11/01/2022, conforme Nota Técnica.

2.4. Com o recebimento da denúncia e o regular andamento do feito, foram praticados atos inequívocos voltados à apuração dos fatos, aptos a interromper o curso da prescrição quinquenal prevista no art. 1º da Lei nº 9.873/99. Em **06/11/2024**, foram emitidos a **NOTA TÉCNICA Nº 928/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI nº 3269142) e o **DESPACHO Nº 2498/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI nº 3269276), que demonstram de forma clara o início da apuração administrativa, conforme dispõe o art. 2º, inciso II, da referida norma:

"interrompe-se a prescrição pela prática de qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato".

2.5. No que tange à prescrição intercorrente, prevista no §1º do art. 1º da Lei nº 9.873/99, não se observa qualquer paralisação processual superior a **3 (três) anos**. A tramitação do feito ocorreu de forma contínua, conforme demonstra a seguinte ordem cronológica de atos:

- (i) **06/11/2024** – emissão da Nota Técnica nº 928/2024;
- (ii) **06/11/2024** – prolação do Despacho nº 2498/2024;
- (iii) **12/12/2024** – expedição da Notificação nº 1848/2024;
- (iv) **05/04/2025** – apresentação da defesa administrativa (SEI nº 3527482).

2.6. Tais marcos demonstram que o processo foi impulsionado de forma regular, **afastando-se, assim, qualquer alegação de prescrição intercorrente**.

2.7. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal no julgamento do MS 35.430-AgR, de relatoria do Min. Alexandre de Moraes, entendeu que os atos inequívocos adotados no âmbito do processo administrativo não carecem de ciência ou notificação da parte interessada, que somente toma frete na ocorrência de inércia, vejamos:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS APÓS A PUBLICAÇÃO DA MP 1708/1998. INCIDÊNCIA DA LEI 9873/1999 AO CASO. PREScriÇÃO COMUM E INTERCORRENTE NÃO CARACTERIZADAS. OCORRÊNCIA DE CAUSA INTERRUPTIVA NOS TERMOS DO ART. 2º DA LEI 9873/1999. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Aplica-se a Lei 9873/1999 ao Tribunal de Contas da União no que se refere à prescrição e aos seus marcos interruptivos. Precedentes de ambas as Turmas. 2. No caso concreto, está evidenciada a ocorrência de atos inequívocos, os quais importaram na apuração dos fatos, suficientes para interromper as alegadas prescrições. 3. **O efeito interruptivo da prescrição decorrente da apuração do fato pela Administração Pública, descrito no art. 2º, II, da Lei 9873/1999, prescinde de notificação, cientificação ou citação dos investigados, ocorrendo tão somente com o desaparecimento da inércia do Poder Público em investigar determinado fato.** 4. Conforme previsão em Convênio, a prestação final de contas deveria ocorrer nos meses de janeiro e fevereiro de 1999. No mais, os serviços investigados na Tomada de Contas Especial, referentes à Recorrente, foram prestados no ano de 1997, mas pagos em sua totalidade apenas em 10/7/1998. Levando em consideração quaisquer dos marcos acima citados, incide ao caso as determinações insertas na Medida Provisória 1708, cuja publicação ocorreu em 30/6/1998, reeditada inúmeras vezes até sua conversão na Lei 9873/1999. 5. Sendo inexistente o direito líquido e certo alegado pela Recorrente e, consequentemente, não havendo qualquer comprovação de ilegalidade flagrante, é inviável o presente recurso. 6. Recurso de Agravo a que se nega provimento.

(MS 35.430-AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma). (Grifo nosso)

2.8. Inexistindo qualquer divergência sobre o tema, colaciona um trecho do **PARECER n. 00110/2017/CCONS/PFANVISA/PGF/AGU** emitido pela Procuradoria Federal Junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA:

"(...)

17. Quanto à prescrição intercorrente, a lei não listou causas específicas de interrupção, mas sim, se limitou a descrever a situação que, por si mesmo, causa a prescrição, qual seja, a paralisação do processo por mais de três anos. Vejamos:

Art. 1º ...

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

18. Assim sendo, os todos os atos indispensáveis para que se dê continuidade ao processo seriam aptos para interromper o prazo da prescrição intercorrente, uma vez que representam a movimentação do feito, ou seja, o exato oposto da paralisação.

(...)

22. Por fim, caberia esclarecer apenas que após cada eventual interrupção dos prazos este voltam automaticamente a correr pelo mesmo prazo definido na lei, até que a Administração conclua o processo regularmente (no caso da prescrição da pretensão punitiva e da prescrição intercorrente) ou conclua a cobrança judicial (no caso da pretensão punitiva)".

2.9. Assim, não há qualquer hipótese de prescrição quinquenal ou intercorrente (trinal), ensejando a regular análise e prosseguimento do feito.

2.b - Do Mérito.

2.b.1 - Do enquadramento.

2.10. A empresa **DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, foi notificada para compor o presente processo administrativo por ofertar e vender medicamentos por valor superior ao permitido. Trata-se de hipótese que não se exigiu o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), conforme informado na Nota Técnica. Igualmente, a oferta não caracteriza hipótese de desoneração do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vez que o medicamento não está presente no Convênio CONFAZ nº 87/02. Tem-se, portanto, que a infração está capitulada no Art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018, em razão da oferta de medicamento por valor superior ao Preço de Fábrica (PF).

2.11. Assim, a legislação aplicável dispõe:

"Lei nº 10.742/2003:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

(...)

Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990."

"Orientação Interpretativa nº 1/2006, da CMED:

O Distribuidor de Medicamentos é obrigado a vender seus produtos para farmácias e drogarias pelo preço fabricante, repassando o ICMS quando for o caso.

Segundo o inciso XVI do Artigo 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, Distribuidor de Medicamentos é conceituado como a 'empresa que exerce direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos'.

Neste sentido, a empresa produtora de medicamentos tem a opção de incorrer em todos os custos da comercialização ao realizar a venda direta ao setor varejista ou poderá conceder um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista. **De qualquer maneira, em ambas as situações, tanto para o laboratório como a para a empresa distribuidora, o preço máximo a ser praticado na comercialização do medicamento não deverá ultrapassar o preço fábrica – PF.**" (grifo nosso)

"Orientação Interpretativa nº 2/2006, da CMED:

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

Preço Fabricante é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento que produz; considerando que a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a CMED é aplicada às empresas produtoras de medicamentos, bem como às farmácias e drogarias, aos representantes, às DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS e a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

Em qualquer operação de venda efetivada pelas empresas produtoras de medicamentos ou pelas distribuidoras, destinada tanto ao setor público como ao setor privado, deverá ser respeitado, para venda, o limite do Preço Fabricante, uma vez que o Preço Máximo ao Consumidor é o preço máximo permitido na venda de um medicamento no varejo, podendo ser praticado somente pelas farmácias e drogarias." (grifo nosso)

"Resolução CMED nº 3/2011:

Art. 1º As distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias, deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos produtos definidos no art. 2º desta Resolução, sempre que realizarem vendas destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§1º O CAP, previsto na Resolução nº. 2, de 5 de março de 2004, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos destinadas aos entes descritos no caput.

§2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.

§3º O CAP será aplicado sobre o PF. Art. 2º O CAP poderá ser aplicado ao preço de produtos, de acordo com decisão do Comitê Técnico-Executivo, nos seguintes casos:

I- Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no "Programa de Componente Especializado da Assistência Farmacêutica", conforme definido na Portaria nº. 2.981, de 26 de novembro de 2009;

II- Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS.

III- Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados.

IV- Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer.

V- Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

VI- Produtos classificados nas categorias I, II e V, de acordo com o disposto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, desde que constem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

§ 1º O Comitê Técnico-Executivo da CMED poderá incluir ou excluir produtos da relação de que trata o § 1º deste artigo.

§ 2º O rol de produtos em cujos preços deverão ser aplicados o CAP é o constante do Comunicado nº 10, de 30 de novembro de 2009."

"Resolução CMED nº 2/2018:

"Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Preço Fábrica (PF): preço máximo pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar medicamento no mercado brasileiro, já incorrendo em todos os custos de comercialização e respeitados os tributos incidentes e suas diferentes alíquotas;

(...)

Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;"

2.12. Está adequado o enquadramento realizado.

2.b.2 - Da autoria e materialidade da infração.

2.13. Antes de adentrarmos na efetiva análise da defesa apresentada, é importante destacar que restam cumpridos os princípios do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa, também aplicáveis aos processos administrativos conforme regramento constitucional (Art. 5º da Constituição Federal).

2.14. Deste modo, convém relembrar que para dar efetividade à Lei Federal nº 10.742/03, a CMED publicou, entre outros diplomas normativos, a Orientação Interpretativa nº 01, de 13 de novembro de 2006, a qual estabeleceu que (grifos nossos): "*tanto para o laboratório como para a empresa distribuidora, o preço máximo a ser praticado na comercialização do medicamento não deverá ultrapassar o preço fábrica – PF*" e a Orientação Interpretativa nº 02, de 13 de novembro de 2006, que versa em seu texto que "*em qualquer operação de venda efetivada pelas empresas produtoras de medicamentos ou pelas distribuidoras, destinada tanto ao setor público como ao setor privado, deverá ser respeitado, para venda, o limite do Preço Fabricante*".

2.15. Preço Fábrica, na definição das referidas Orientações Interpretativas, é "o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização", o qual, por sua vez, como regra geral, é composto do ICMS, do PIS e da COFINS incidentes nas operações de compra e venda de medicamentos, conforme já previsto no art. 5º da Resolução CMED nº 04, de 2003.

2.16. No presente caso, não se exigiu a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preço (CAP) pois a oferta e a venda não se enquadram nas hipóteses previstas no art 2º da Resolução CMED nº 03/2011, conforme informado na Nota Técnica. Igualmente, a oferta e venda não exigiram a desoneração do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vez que os medicamentos negociados não está presente no Convênio CONFAZ nº 87/02. Tem-se, portanto, que a infração está capitulada no Art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018, em razão da oferta de medicamentos por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).

2.17. Destaca-se que a apuração das infrações aqui discutidas teve origem em denúncia carreada aos autos. A discussão cinge-se na conduta da empresa ao ofertar e vender medicamentos com o preço superior ao da tabela CMED.

2.18. Não há como questionar a ocorrência da infração, diante da cadeia de normas que resultou no agrupamento de regras previstas na vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, a qual estabelece expressamente a existência de infração quando há oferta de medicamento por preço superior ao limite máximo, prevendo as cautelas e regras que uma empresa deve observar ao negociar com o Poder Público, ainda que meramente por meio de registro de proposta em pregão, na fase inicial de lances.

2.19. A CMED atua de maneira ativa e punitiva para inibir tais práticas, estabelecendo limites claros para as empresas do setor.

2.20. Deve-se enfatizar que o art. 8º da Lei 10.742, de 2003, trouxe expressamente a previsão de que o descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, sujeita-se a sanções administrativas, in verbis:

"Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei no 8.078, de 1990."

2.21. É importante mencionar a posição da Coordenação Jurídica do Ministério da Saúde sobre a oferta de medicamentos a valores acima dos determinados pela CMED, mesmo que a venda não se concretize, conforme expresso no Parecer n. 00516/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU.

"32. Dos argumentos acima transcritos, verifica-se que a observância a um preço máximo relacionado ao chamado Preço Fábrica - PF trata-se de efeito lógico da própria sistemática atribuída às atividades da CMED, e decorrente de dinâmica de limites estabelecidos pela Lei nº 10.742/2003. É possível, inclusive, sustentar que a Orientação Interpretativa nº 2/2006 trata-se de mera medida adotada com vistas a esclarecer o que já se podia deduzir de interpretação sistemática daquele Diploma legal e das atribuições da CMED.

(...)

35. Não obstante, sopesa-se que argumentos substanciados em fundamentações amplas quanto ao impedimento de se retroagir o alcance de normas, ou mesmo alegações genéricas de que há descumprimento à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB (Decreto-Lei nº 4.657) ou à Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), não se mostrariam suficientes para abalar eventual posicionamento pela aplicação da multa.

36. Como já visto, o art. 4º, § 1º, e o art. 8º da Lei nº 10.742/2003, definem a existência de um modelo de teto de preços a reger a regulação adotada pela CMED, bem trazem a previsão legal de aplicação de sanções na eventualidade de descumprimento de atos emanados pela CMED. Há de se reconhecer, portanto, que não foi a Resolução nº 2/2018 que criou a competência da CMED para estabelecer o "referencial máximo" e para aplicar sanções em caso de descumprimento. Logo, não há que se falar em aplicação retroativa, tendo em vista que tais atribuições decorreram da própria Lei.

37. Efetivamente, reitera-se que a mencionada Orientação Interpretativa possui viés de conferir transparência e informar o setor regulado acerca de um aspecto que já era reconhecido e consolidado no âmbito da atuação da CMED, por decorrência direta da dinâmica da Lei nº 10.742/2003.

(...)

42. Assim, quanto à conduta de oferta de preço superior à regulamentação emitida pela CMED, em exame perfunctório ao teor daquela Orientação[5], nota-se que, não apenas a redação do texto principal indica a necessidade de se atentar para eventuais tetos aplicáveis ao Preço Fábrica, como a ementa do próprio instrumento esclarece essa realidade. Nesse sentido, veja-se ainda que já pelo resumo integrante da aludida Orientação é possível entender que o preço fabricante deve ser utilizado como "referencial máximo".

43. Ora, a indicação de que o índice é um referencial máximo em um processo de comercialização de produto qualquer - seja essa comercialização dirigida a um órgão público em processo de licitação ou não - já impõe que a proposta sobre a venda de mencionado produto obedeça valor abaixo desse limite estabelecido.

44. Quanto a isso, ainda que eventualmente o valor final de venda, após tratativas, fique abaixo do preço estabelecido pela CMED, seja por negociação, ou outro fator, tem-se que, se a oferta foi apresentada em preço superior, já não se atentou para o referencial máximo a que alude a Orientação Interpretativa nº 2/2006, sendo descumprida, portanto, a determinação da Lei nº 10.742/2003.

45. Em outras palavras, as infrações por desrespeito ao referencial máximo definido pela CMED devem ser entendidas como infrações formais, isto é, infrações de mera conduta, para as quais não se exige efetivo resultado, cabendo a aplicação de sanção pela mera oferta acima do valor estipulado pela CMED, ainda que a venda não tenha sido realizada ou que tenha sido efetivada abaixo do valor de referência.

46. O poder-dever de aplicar sanções àquele que infringir norma administrativa de mera conduta é admitido pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, veja-se: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TESTE DE ALCOOLEMIA, ETILOMETRO OU BAFÔMETRO. RECUSA EM SE SUBMETER AO EXAME. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. ART. 277, § 3º, C/C ART. 165 DO CTB. AUTONOMIA DAS INFRAÇÕES. IDENTIDADE DE PENAS. DESNECESSIDADE DE PROVA DA EMBRIAGUEZ. INFRAÇÃO DE MERA CONDUTA . DEVER INSTRUMENTAL DE FAZER. PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO. INAPLICABILIDADE. OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO REFORÇADA. 1. Em recente julgamento do REsp 1.677.380/RS, relator Ministro Herman Benjamin, ocorrido em 10.10.2017 e publicado no DJe 16.10.2017, a Segunda Turma do STJ firmou entendimento de que, tendo em vista a necessidade de punição do descumprimento do dever positivo previsto no art. 277 do CTB, como infração de mera conduta, a recusa em se submeter ao teste de alcoolemia resulta na aplicação da mesma penalidade prevista para a sanção administrativa do art. 165 do CTB. 2. Agravo Interno não provido." (REsp nº 1.719.584/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, julgamento 08/11/2018, DJ 29/11/2018)

47. Ademais, não cabe prosperar o entendimento de que a mera oferta em preço superior à regulamentação supostamente não traria prejuízo à Administração Pública, sob a alegação de que não teria havido a comercialização do produto.

48. Isso porque a mera oferta, ainda que não resulte em venda efetivada, é ato que engloba a cadeia das atividades comerciais, produzindo efeitos na dinâmica do mercado de medicamentos protegido pela Lei nº 10.742/2003.

49. A mera oferta em valor superior ao definido pela CMED teria o potencial de causar distorções no mercado, como por exemplo, a interferência nas atividades concorrentiais, a frustração do regular andamento de compras públicas e a geração de demanda reprimida na cadeia de consumo, especialmente em relação ao consumidor final, que pode optar por não efetivar a compra diante do valor elevado.

50. Portanto, a conduta de mera oferta em preço superior à regulamentação definida pela CMED deve ser objeto de sanção administrativa, nos termos da Lei nº 10.742/2003."

2.22. Ressalte-se, mais uma vez, que a VENDA de medicamentos a preços superiores ao limite máximo aplicável é considerada infração, sujeitando o infrator à aplicação de multa. Vejamos o que estabelece a Resolução nº 2/2018 da CMED:

Art. 5º As infrações à regulamentação do mercado de medicamentos serão classificadas, conforme sua natureza, em dois grupos:

II - Infrações classificadas como quantificáveis:

a) Oferecer medicamento a preço superior ao limite máximo aplicável ao caso.

§ 1º Qualquer oferta ou venda à Administração Pública deverá observar o Preço Fixo (PF) para fins de cálculo do Preço Máximo Vendido ao Governo (PMVG), mesmo quando não for o caso de aplicação do desconto oriundo do CAP, aplicando-se o mesmo critério em cumprimento a decisão judicial.

2.23. Posto isso, é inquestionável que a empresa efetuou a venda de medicamentos por valores superiores aos respectivos PMVG, causando, com essa conduta, dano regulatório e assumindo o risco de ser responsabilizada administrativamente junto à CMED, conforme previsão normativa da Resolução nº 2/2018.

2.24. Quanto aos medicamentos ofertados pela empresa, é fundamental esclarecer que a apresentação de preços inadequados também constitui uma violação a ser investigada neste procedimento administrativo. Os participantes devem realizar os cálculos prévios antes de se envolverem nos Pregões Eletrônicos, sob risco de serem responsabilizados por cada ato praticado com sobrepreço.

2.25. O funcionamento de um pregão é amplamente compreendido. Assim, esta Secretaria-Executiva analisa os documentos conforme os registros de preços fornecidos pelo interessado. Se a empresa estivesse genuinamente interessada em oferecer um valor dentro dos limites estabelecidos pela CMED, teria avaliado a possibilidade de participação se sua oferta inicial, ou a correção subsequente, estivesse em conformidade com os valores permitidos. Tal fato, contudo, não foi observado nos documentos presentes nos autos.

2.26. É importante ter em mente que o prejuízo causado por empresas que ofertam medicamentos a preços excessivos é significativo, pois afeta a Administração Pública e, consequentemente, o interesse público, impedindo a aquisição de tais medicamentos a preços justos. Isso coloca em risco a capacidade dos órgãos públicos de obter os medicamentos necessários devido a preços proibitivos, o que pode levar à falta desses medicamentos para os pacientes. Vale destacar que, segundo a norma, a simples oferta de medicamentos a um preço elevado já constitui uma infração, independente da existência de intenção maliciosa por parte da empresa ou de dano direto ao erário público.

2.27. Posto isso, é inquestionável que a empresa efetuou a oferta e a venda de medicamentos por valores superiores aos respectivos PMVG, causando, com essa conduta, dano regulatório e assumindo o risco de ser responsabilizada administrativamente junto à CMED, conforme previsão normativa da Resolução nº 2/2018.

2.28. Por óbvio, não pode a empresa se escusar, sob qualquer argumento, de cumprir a legislação pertinente. Primeiro, pelo ordenamento trazido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto-Lei nº 4.657/1942:

"Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece."

2.29. Convém destacar os ditames da vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, coadunando o entendimento supra:

"Art. 4º A alegação de desconhecimento ou incompreensão das normas legais e regulamentares do mercado de medicamentos não exime os agentes definidos no parágrafo único do art. 1º desta Resolução de seu cumprimento, tampouco de resarcimento de eventuais valores auferidos indevidamente."

2.30. Afastar a responsabilização da empresa significaria violar frontalmente a Lei Federal n. 9.874/99, que regula o processo administrativo na esfera federal:

"Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência."

2.31. Resta, assim, confirmada a autoria e demonstrada a materialidade das infrações quantificadas pela NOTA TÉCNICA Nº 928/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 3269142).

2.b.3 - Da dosimetria da sanção.

2.32. Quanto à dosimetria, deve a penalidade pecuniária ser calculada em consonância com os critérios definidos no Art. 9º, IV, "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, que determina, no caso da oferta de medicamento por preço superior ao máximo autorizado:

"OFERTA

m

$M = (a + a.i)$

M = multa apurada no processo administrativo para cada infração;

a = diferença entre o valor praticado e o preço CMED, por apresentação multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

$m = M$, antes do agravamento por reincidência;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente, nos termos propostos abaixo.

2.30. Para o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, o Art. 9º, VI, da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, determina:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

VI – o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente observará os seguintes percentuais sobre o valor auferido indevidamente:

(...)"

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$\leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

Classificação da Empresa	Faturamento Anual
Grupo I – Empresa de Grande Porte	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Grupo II – Empresa de Grande Porte	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Grupo III – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Grupo IV – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a <u>Medida Provisória nº 2.190-34/2001</u> .
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a <u>Lei Complementar nº 139/2011</u> .
Microempresa	

2.28. Considerando que o porte presumido da empresa **DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.424.835/0001-98, conforme sistema DATAVISA, é GRANDE – GRUPO I, enquadra-se, pois, na Faixa B da tabela acima. Conforme previsão do Art. 9º § 1º da Resolução nº

02/2018: "Para fins de enquadramento do porte econômico das empresas, adotar-se-ão as normas específicas de classificação de porte econômico junto à Anvisa, consoante o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, nos termos do inciso VI deste artigo.".

Dados da Empresa			
Razão Social:	DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ:	28.424.835/0001-98
Tipo do CNPJ:	FILIALFILIALFILIAL	Ano Base:	2023
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	GRANDE - GRUPO I Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2023

2.29. Seguindo essa premissa, o cálculo de multa possui a seguinte metodologia:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)								
Empresa:	DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			Nº CNPJ	28.424.835/0001-98			
Processo Nº	25351.902981/2023-77			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		FAIXA B		
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$ 51.000.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER			R\$ 565.517,23		
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até o trimestre (jul-25 a set-25)	4,663905597	Total Multa em UFIR	121.254	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER			R\$ 565.517,23	
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização		Multa em R\$
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 3.284,95	R\$5.252,99	7,0%	Venda	R\$ 11.241,40	11.241,40
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 628,87	R\$1.005,63	7,0%	Venda	R\$ 2.152,05	2.152,05
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 481,16	R\$769,43	7,0%	Venda	R\$ 1.646,58	1.646,58
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 146,44	R\$234,17	7,0%	Venda	R\$ 501,12	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 3.747,44	R\$5.992,56	7,0%	Venda	R\$ 12.824,08	12.824,08
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 242,64	R\$388,01	7,0%	Venda	R\$ 830,34	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 364,67	R\$583,15	7,0%	Venda	R\$ 1.247,94	1.247,94
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 27,90	R\$44,62	7,0%	Venda	R\$ 95,49	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 624,96	R\$999,38	7,0%	Venda	R\$ 2.138,67	2.138,67
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 104,60	R\$167,27	7,0%	Venda	R\$ 357,96	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 296,56	R\$474,23	7,0%	Venda	R\$ 1.014,85	1.014,85
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 28,87	R\$46,17	7,0%	Venda	R\$ 98,80	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 124,99	R\$199,87	7,0%	Venda	R\$ 427,72	932,78

APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 53,92	R\$86,22	7,0%	Venda	R\$ 184,51	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 234,36	R\$374,77	7,0%	Venda	R\$ 802,01	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 134,80	R\$215,56	7,0%	Venda	R\$ 461,30	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 25,98	R\$41,54	7,0%	Venda	R\$ 88,90	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 234,36	R\$374,77	7,0%	Venda	R\$ 802,01	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 134,80	R\$215,56	7,0%	Venda	R\$ 461,30	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 25,98	R\$41,54	7,0%	Venda	R\$ 88,90	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 226,55	R\$362,28	7,0%	Venda	R\$ 775,28	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 835,76	R\$1.336,47	7,0%	Venda	R\$ 2.860,05	2.860,05
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 104,60	R\$167,27	7,0%	Venda	R\$ 357,96	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 226,55	R\$362,28	7,0%	Venda	R\$ 775,28	932,78
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 104,60	R\$167,27	7,0%	Venda	R\$ 357,96	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 835,76	R\$1.336,47	7,0%	Venda	R\$ 2.860,05	2.860,05
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 437,47	R\$699,56	7,0%	Venda	R\$ 1.497,06	1.497,06
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 230,12	R\$367,99	7,0%	Venda	R\$ 787,50	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 296,56	R\$474,23	7,0%	Venda	R\$ 1.014,85	1.014,85
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 17,32	R\$27,70	7,0%	Venda	R\$ 59,28	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 632,77	R\$1.011,87	7,0%	Venda	R\$ 2.165,40	2.165,40
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 20,92	R\$33,45	7,0%	Venda	R\$ 71,58	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 134,80	R\$30,77	7,0%	Venda	R\$ 65,85	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 19,24	R\$30,77	7,0%	Venda	R\$ 65,85	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 316,39	R\$505,94	7,0%	Venda	R\$ 1.082,71	1.082,71
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 53,92	R\$86,22	7,0%	Venda	R\$ 184,51	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 176,08	R\$281,57	7,0%	Venda	R\$ 602,56	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 332,01	R\$530,92	7,0%	Venda	R\$ 1.136,17	1.136,17
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 83,68	R\$133,81	7,0%	Venda	R\$ 286,35	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 80,88	R\$129,34	7,0%	Venda	R\$ 276,79	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 54,85	R\$87,71	7,0%	Venda	R\$ 187,70	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 437,47	R\$699,56	7,0%	Venda	R\$ 1.497,06	1.497,06
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 230,12	R\$367,99	7,0%	Venda	R\$ 787,50	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 296,56	R\$474,23	7,0%	Venda	R\$ 1.014,85	1.014,85
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 17,32	R\$27,70	7,0%	Venda	R\$ 59,28	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 312,48	R\$499,69	7,0%	Venda	R\$ 1.069,34	1.069,34
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 83,68	R\$133,81	7,0%	Venda	R\$ 286,35	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 107,84	R\$172,45	7,0%	Venda	R\$ 369,04	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 49,07	R\$78,47	7,0%	Venda	R\$ 167,93	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 300,76	R\$480,95	7,0%	Venda	R\$ 1.029,23	1.029,23
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 125,52	R\$200,72	7,0%	Venda	R\$ 429,54	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 404,40	R\$646,68	7,0%	Venda	R\$ 1.383,90	1.383,90
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 58,69	R\$93,85	7,0%	Venda	R\$ 200,84	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 109,37	R\$174,89	7,0%	Venda	R\$ 374,26	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 323,52	R\$517,34	7,0%	Venda	R\$ 1.107,11	1.107,11
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 13,47	R\$21,54	7,0%	Venda	R\$ 46,10	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 585,90	R\$936,92	7,0%	Venda	R\$ 2.005,01	2.005,01
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 161,76	R\$258,67	7,0%	Venda	R\$ 553,55	932,78

VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 93,33	R\$149,24	7,0%	Venda	R\$ 319,37	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 316,39	R\$505,94	7,0%	Venda	R\$ 1.082,71	1.082,71
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 53,92	R\$86,22	7,0%	Venda	R\$ 184,51	932,78
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 176,08	R\$281,57	7,0%	Venda	R\$ 602,56	932,78
CLORIDRATO DE AMIODARONA	200MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	10/2021	R\$ 374,86	R\$599,44	7,0%	Oferta	R\$ 641,40	932,78
CLORIDRATO DE AMIODARONA	50 MG/ML SOL INJ IV CX 100 AMP VD AMB X 3 ML (EMB HOSP)	10/2021	R\$ 15.114,92	R\$24.170,38	7,0%	Oferta	R\$ 25.862,31	25.862,31
METROFARMA	5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML (EMB HOSP)	10/2021	R\$ 7.948,40	R\$12.710,34	7,0%	Oferta	R\$ 13.600,06	13.600,06
EPINEFRINA	1 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 1 ML	10/2021	R\$ 137.397,71	R\$219.713,69	7,0%	Oferta	R\$ 235.093,65	235.093,65
METILDOPA	250 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 30	10/2021	R\$ 4.397,30	R\$7.031,75	7,0%	Oferta	R\$ 7.523,97	7.523,97
ENCRISE	20 U/ML SOL INJ CT 10 AMP VD INC X 1 ML	10/2021	R\$ 106.433,41	R\$170.198,45	7,0%	Oferta	R\$ 182.112,34	182.112,34
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 300,76	R\$480,95	7,0%	Venda	R\$ 1.029,23	1.029,23
ATENSINA	0,15 MG COM CT BL AL PL INC X 30	01/2022	R\$ 125,52	R\$200,72	7,0%	Venda	R\$ 429,54	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 404,40	R\$646,68	7,0%	Venda	R\$ 1.383,90	1.383,90
VITAMINA C	0,500G +0,1157G +0,0005G +0,005G / 5 ML SOL INJ CX COM 100 AMP VD AMB X 5 ML	01/2022	R\$ 58,69	R\$93,85	7,0%	Venda	R\$ 200,84	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 132,80	R\$212,36	7,0%	Venda	R\$ 454,45	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 53,92	R\$86,22	7,0%	Venda	R\$ 184,51	932,78
AMINOFILINA	24 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD INC X 10ML	01/2022	R\$ 132,80	R\$212,36	7,0%	Venda	R\$ 454,45	932,78
APRESOLINA	50 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 20	01/2022	R\$ 53,92	R\$86,22	7,0%	Venda	R\$ 184,51	932,78

Atualização da Taxa Selic em 18/12/2025.

2.30. A CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração. Nesse sentido, como o presente Processo Administrativo tem por objeto a oferta e venda por preço acima do permitido para vendas ao Governo, apurado em sua totalidade, sugerimos, para que se alcance a razoabilidade, a atualização do valor auferido a maior a partir do mês de ocorrência do evento irregular, nos termos do parágrafo anterior.

2.31. Desse modo, informa-se que a atualização dos valores pela taxa SELIC foi feita diretamente pela Calculadora do Banco Central, disponível no link: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADO/publico/corrigirPelaSelic.do?method=corrigirPelaSelic>.

2.32. Quanto às circunstâncias agravantes, aplica-se a hipótese de agravante prevista no art. 13, inciso II, alínea "b", da Resolução CMED nº 02/2018, caracterizando a prática infracional de caráter continuado. A definição desta infração está no § 4º, art. 13 da mesma norma, que assim dispõe: "Serão consideradas de caráter continuado a recorrência de infrações de **mesma espécie** oriundas do mesmo infrator.". Na presente demanda, a empresa ofertou medicamentos por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), equivalente ao Preço Fábrica (PF).

2.33. Quanto às atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, em um prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de primariedade, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

2.34. Ante o exposto, deve-se considerar o cômputo de 1/3 da agravante, seguido de 1/3 da atenuante, sobre a multa-base detalhada nos parágrafos anteriores, consoante preconizado no Art. 13, § 1º, §2º,e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 "Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes, **respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena**, nos termos do art. 10 desta Resolução". Assim, em respeito à multa mínima, tem-se o seguinte:

2.35. Portanto, a multa final fica definida em **R\$502.681,98 (quinhentos e dois mil seiscents e oitenta e um reais e noventa e oito centavos)**.

3. CONCLUSÃO

3.1. Diante de todo o exposto, identificada a autoria e comprovada a materialidade da prática da infração cometida pela empresa **DGC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.424.835/0001-98**, ante a oferta de medicamentos por preço superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), estabelecido pelas normas da CMED, em descumprimento ao já previsto nas Orientações Interpretativas CMED nºs 01 e 02, de 13 de novembro de 2006, na Resolução CMED nº 03/2011 e, mais recentemente, no no Artigo 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, concluso pela aplicação de sanção pecuniária no valor de **R\$502.681,98 (quinhentos e dois mil seiscents e oitenta e um reais e noventa e oito centavos)**, conforme dosimetria apontada nos itens 2.30 ao 2.35.

3.2 Cumpre salientar que, nos termos do parágrafo único do artigo 20 da Resolução CMED nº 2/2018, toda defesa ou manifestação apresentada no âmbito deste procedimento administrativo deve ser subscrita pelo representante legal da empresa, cuja legitimidade deve ser comprovada mediante a juntada do contrato social ou instrumento equivalente, acompanhado de documento de identificação hábil. Alternativamente, admite-se a apresentação da defesa por procurador regularmente constituído, desde que acompanhado do respectivo instrumento de mandato com poderes específicos. O atendimento a tais requisitos constitui condição essencial à regularidade formal da defesa, sendo imprescindível para sua apreciação pela autoridade competente. Assim, a empresa deverá providenciar a juntada de todos os documentos constitutivos o quanto antes, sob pena de desconsideração da peça apresentada por ausência de comprovação de representação válida.

3.3. Notifique-se a empresa **DGC MEDIC MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, acerca da presente decisão para que efetue o pagamento da multa, ou, caso queira, apresente Recurso ao Comitê Técnico-Executivo da CMED no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do Art. 29 da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, sob pena de inscrição em Dívida Ativa da União. Oficie-se o denunciante, para que também tome ciência do resultado da decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Amancio Vitorino de Paulo, Secretário(a)-Executivo(a) da CMED**, em 18/12/2025, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3959468** e o código CRC **54C2FBA7**.